



## Acessibilidade arquitetônica em vias públicas de uma cidade turística

### Architectural accessibility in public roads of a tourist city

DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/198431781642020314>

**Rosângela Lopes Borges**

Faculdade de Caldas Novas

[rosalb2@hotmail.com](mailto:rosalb2@hotmail.com) | [ORCID](#)

**Adolfo Mejia Eccheli**

Faculdade de Caldas Novas

[adolfoeccheli@hotmail.com](mailto:adolfoeccheli@hotmail.com)

#### RESUMO

Neste artigo abordou-se sobre acessibilidade e os problemas enfrentados pelos cadeirantes em um centro turístico. O objetivo foi o de investigar a acessibilidade arquitetônica para os cadeirantes nas vias públicas e calçadas, no centro de Caldas Novas, Goiás, Brasil. Para tal, utilizou-se uma pesquisa descritiva, com enfoque qualitativo, dividida em duas fases: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Essa última se deu junto a um grupo de jogadores de basquetebol sobre rodas que circulam pela cidade diariamente utilizando suas cadeiras de rodas. Utilizou-se como recurso para coleta de dados uma entrevista semipadronizada, com 10 questões abertas, aplicada a três desses cadeirantes desportistas. Concluímos que o município, mesmo sendo um centro turístico, oferece muitos obstáculos à população que depende de cadeira de rodas para se locomover e, conseqüentemente, aos turistas sob mesma circunstância. Dentre eles citam-se o acesso livre às praças de alimentação, banheiros, agências bancárias, *shows* e eventos públicos. Além disso, a falta de união das pessoas com deficiência dificulta a conquista de novos direitos diante da sociedade.

**Palavras-chave:** Acessibilidade; Cadeirantes; Vias Públicas; Turismo;

#### ABSTRACT

This article addresses accessibility and the issues faced by wheelchair users in tourist spots. Our aim was to investigate the architectural accessibility for wheelchair users on public roads and sidewalks, in the downtown area of Caldas Novas, Goiás, Brazil. For that, a descriptive research was carried out, with a qualitative approach, divided into two phases: bibliographic and field researches. The field research was held with a group of basketball players on wheels, which moves around the city using their wheelchair on a daily basis. A quasi-standardized interview was used as a resource for data collection, with 10 open-ended questions, applied to three of these wheelchair users athletes. We conclude that the city, even being a tourist center, offers many obstacles to its population that depends on a wheelchair to move around and, therefore, to the tourists in the same conditions. Among these obstacles we can mention the free



access to food courts, bathrooms, bank agencies, concerts and public events. Apart from that, people with disabilities are not united as they should, which makes it difficult to achieve new rights in society.

**Keywords:** Accessibility; Wheelchair users; Public roads; Tourism;

## 1 INTRODUÇÃO

Acessibilidade é dar às pessoas as mesmas condições para alcançarem e utilizarem com segurança e autonomia os espaços mobiliários, equipamentos urbanos, transportes e os meios de comunicação (BRASIL, 2000). Segundo esse mesmo documento, todos esses itens deverão ser adaptados/adequados para as pessoas com deficiência ou necessidades específicas.

A Constituição Federal Brasileira (1988) esclarece que todos são iguais perante a lei, ou seja, garantindo assim, a todos os brasileiros: segurança, direito à vida, à liberdade e à propriedade. Portanto, todos os cidadãos têm direito social, à saúde, ao trabalho, à educação, juntamente, com o exercício da cidadania. Isso implica no pleno acesso das pessoas com deficiência nos espaços públicos como ruas e calçadas, mas, para isso, exigem-se condições básicas para a sua mobilidade.

Os cadeirantes, na maior parte do tempo, encontram em seu caminho empecilhos para realizar suas atividades diárias. Atividades simples como comprar um produto pode se tornar um grande transtorno. É sabido que o que mais dificulta o acesso das pessoas em cadeiras de roda são barreiras arquitetônicas como: rampas de difícil acesso e calçadas irregulares.

A Organização das Nações Unidas (ONU, 1993) publicou um documento contemplando a acessibilidade como uma área fundamental para igualdade de participação numa sociedade inclusiva. Delegou aos Estados a iniciativa de realizar programas de ação que visassem tornar mais acessível, eliminando todas as barreiras impostas que excluam ou limitem a participação plena na vida em sociedade.



Uma pessoa pode utilizar uma cadeira de rodas temporariamente ou por tempo indeterminado. Neste último caso, há vários motivos que a levem à dificuldade de mobilidade, dentre elas: Paraplegia, perda total das funções motoras dos membros inferiores; Paraparesia, perda parcial das funções motoras; Tetraplegia, perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores; Triparesia, perda parcial das funções motoras em três membros; Hemiplegia, perda total das funções motoras de um hemisfério corpo direito ou esquerdo (CUNHA, 2002).

O objetivo geral deste Estudo foi investigar a acessibilidade arquitetônica para os cadeirantes nas vias públicas e calçadas, no centro de Caldas Novas, Goiás, Brasil. Como objetivos específicos buscou-se: esclarecer os conceitos de inclusão e acessibilidade na literatura atual; promover uma discussão sobre os direitos dos cadeirantes e oportunizar a esses a chance de relatar suas dificuldades cotidianas.

Diante das problemáticas relatadas anteriormente, levantou-se a seguinte questão: Quais os obstáculos arquitetônicos são encontrados pelos cadeirantes nas vias públicas e calçadas centrais, do município de Caldas Novas/GO? Levanta-se a hipótese de que apesar de ser uma cidade turística, os cadeirantes, em seu cotidiano, tenham dificuldades em se locomoverem devido aos obstáculos arquitetônicos encontrados no centro da cidade.

Este trabalho justifica-se porque o tema proposto é relevante por ser um assunto bastante discutido no meio acadêmico e por se tratar de inclusão socioeconômica e cultural. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) acredita que pelo fato de que as pessoas com deficiência estão cada dia mais incorporadas na sociedade seus direitos devem ser preservados, no mínimo, o direito de ir e vir. Para tal, o IPHAN organizou um caderno com orientações técnicas de como tornar locais turísticos mais acessíveis (RIBEIRO, 2014).

## 2 ACESSIBILIDADES, INCLUSÃO SOCIAL E TURISMO

### 2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

No decorrer da história das pessoas com deficiência foram utilizadas algumas terminologias como: aleijado, enfeitado, defeituoso, incapacitado ou inválido (GARCIA, 2011). De acordo com Sasaki (2003), no Brasil, tornou-se bastante popular, entre os anos de 1986 a 1996, o uso do termo “portador de deficiência”, no entanto, esta expressão traz um sentido de algo que a pessoa carrega ou que seja possível deixá-la. Em relação à pessoa que utiliza a cadeira de rodas para se locomover a sugestão do autor é que se use “cadeirante” ou “pessoa em cadeira de rodas”.

As pessoas com deficiência, por muito tempo, foram excluídas da sociedade. Algo importante de frisar e, ao mesmo tempo complexo, são as questões que envolvem esse público e que por centenas de anos estiveram em um mecanismo de exclusão, políticas de assistencialismo e inferioridade. Nesse sentido, as mudanças que temos até hoje foram sendo incorporadas culturalmente (FIGUEIRA, 2008).

De acordo com Garcia (2011), a população indígena costumava eliminar as crianças com deficiência ou excluir aquelas que viessem a ter alguma limitação física. Predominando, dessa forma, a prática da exclusão de crianças e abandono dos que adquirissem alguma deficiência, pois até as deficiências adquiridas eram vistas como forças divinas ou espirituais.

Nos negros e escravos a deficiência física, muitas vezes, era advinda dos castigos físicos que eram submetidos. Durante o tráfico negreiro embarcações superlotadas, em condições subumanas representavam um meio de disseminação de doenças incapacitantes, deixando sequelas ou levando à morte de um número considerável de escravos. Segundo Garcia (2011, p. 02) “Uma variedade de punições, do açoite à mutilação, eram previstas em lei, contavam com a permissão e, na maioria dos casos, com autorização da Igreja Católica”.



Os colonos portugueses, desde a sua chegada, sofreram com o clima tropical ao qual tiveram contato, prejudicando a saúde e o bem-estar dos europeus, sendo algumas dessas enfermidades de natureza muito grave, acarretando em problemas com severas limitações físicas. De acordo com Figueira (2008), no século XIX, foi inaugurado no Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1868, o Asilo dos Inválidos da Pátria, onde eram recolhidos mutilados de guerra e soldados na velhice.

Havia no século XIX uma clara associação entre deficiência e área médica, ficando explícita a relação entre doença e deficiência. Já no século XX em diante, o avanço da medicina trouxe mais atenção em relação às pessoas com deficiência. Como ocorreu em outros países a deficiência foi tratada em ambientes hospitalares e assistencialistas. A falta de diagnóstico e, um tratamento eficaz, resultava em uma vida completamente afastada do convívio social para milhares de pessoas (GARCIA, 2010).

A criação do Instituto dos Meninos Cegos (1854), entre outros, fez com que a deficiência não fosse responsabilidade apenas da família, mas passou a ser também do Estado. Em 1950, havia quarenta estabelecimentos de educação especial somente para pessoas com deficiência intelectual, sendo 14 para outras deficiências, principalmente, a surdez e a cegueira. Este movimento proporcionou a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência pelo Brasil, conferindo *status* de emenda constitucional (GARCIA, 2010).

## 2.2 TIPOS DE ACESSIBILIDADE

Acessibilidade, em um contexto geral, é a maneira pela qual informamos e conscientizamos os indivíduos quanto aos direitos básicos inerentes às pessoas com deficiência nos diversos segmentos sociais de uma sociedade. Apesar de estarmos no século XXI, esse conhecimento não se apresenta com muita clareza para a população (ELALI; ARAÚJO; PINHEIRO, 2010).



A acessibilidade apresenta como aliada à inclusão. Ambas não se restringem apenas à exclusão de barreiras físicas, mas também a inclusão sociocultural, que não depende somente das condições físicas do sujeito, pois estar incluído e ter acesso a algo e/ou a alguém é direito de todas as pessoas com ou sem deficiência (PONTE; SILVA, 2015).

Entendemos, portanto, que diferente do que muitos pensam a acessibilidade não se restringe apenas aos espaços arquitetônicos, como banheiros adaptados, rampas de acesso e banco especial no ônibus. Há de acordo com a literatura levantada para esse trabalho de pesquisa, vários tipos de acessibilidade. Nos parágrafos que seguiremos explicitaremos melhor sobre cada uma delas.

A Acessibilidade Atitudinal refere-se à percepção que temos do outro: sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todas as acessibilidades, em geral, estão relacionadas com essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras (MEC, 2013). Elali, Araújo e Pinheiro (2010) entendem que seja necessária uma mudança dos maus hábitos que já estão arraigados nos seres humanos desde o início da civilização.

A Acessibilidade Arquitetônica decorre da retirada das barreiras ambientais e físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e locais e equipamentos urbanos. Os exemplos mais comuns de acessibilidade arquitetônica são “[...] a presença de rampas, banheiros adaptados, elevadores adaptados, piso tátil dentre outros”. (MEC, 2013, p. 37). Segundo o Decreto Lei nº 5.296/04, é uma condição para utilização com segurança da autonomia, total ou assistida, mobiliários e equipamentos urbanos. Nesse pensamento, a acessibilidade consiste na concepção e implementação de projetos arquitetônicos e urbanísticos (RIBEIRO; BUSTO, 2011).

Há também a Acessibilidade Metodológica ou Pedagógica que é a ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à atuação do docente, ou seja, a forma como os professores transmitem o conhecimento,



fazem avaliações, e conduzem o processo de ensino-aprendizagem (SASSAKI, 2009). São as barreiras invisíveis que se encontram nas políticas públicas, em regulamentos e normas em geral. Para Souza e Tavares (2010) vai além das salas de aula ou da escola. Acreditam que envolve uma ação comunitária com uma metodologia social, cultural e artística.

Acessibilidade Instrumental é a superação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas escolares, sejam elas de trabalho, de lazer ou de recreação (comunitária, turística e/ou esportiva) (MEC, 2013). Sasaki (2009) explica que também envolve as tecnologias assistivas incorporadas em lápis, caneta, régua, teclado de computador, quadros de comunicação aumentativa, aparelhos de uso no trabalho etc. Em resumo, são adaptações realizadas nos instrumentos, capazes de garantir às pessoas com deficiências, condições de igualdade com as outras pessoas, no desenvolvimento de sua vida social.

A Acessibilidade nas Comunicações elimina barreiras na comunicação interpessoal face a face, língua de sinais, escrita, jornal, revista, livros, carta, apostila, incluindo textos em braile e acessibilidade digital. Um de seus exemplos é a presença do intérprete de LIBRAS<sup>1</sup> na sala de aula (MEC, 2013). Para outros autores como Silva (2012), trata-se de equipamentos que envolvam os recursos tecnológicos, sendo chamada também de Acessibilidade na Comunicação Virtual.

Acessibilidade no Transporte é a eliminação de “[...] barreiras não só nos veículos, mas também nos pontos de paradas, incluindo as calçadas, os terminais, as estações e todos os outros equipamentos que compõem as redes de transporte”. (MEC, 2013, p. 38). Logo, seria o acesso oferecido às pessoas com mobilidade reduzida para que elas consigam fazer uso do transporte com segurança e autonomia, sem nenhum prejuízo para sua locomoção.

---

<sup>1</sup> Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) refere-se à língua utilizada pela comunidade surda.



### 2.3 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA PARA CADEIRANTES

A acessibilidade aos cadeirantes na sociedade atual ainda é um assunto bastante polêmico. Seu conceito em si está ligado diretamente aos recursos oferecidos a esses indivíduos, e tal inserção é feita num meio social como a comunidade (SLOBOJA, 2014).

A mobilidade é uma preocupação constante da arquitetura e urbanismo. No planejamento urbano, nas últimas décadas, está diretamente ligada ao fornecimento de condições às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida para a utilização com segurança e independência total ou assistida dos espaços urbanos públicos ou coletivos (PEREIRA, 2015).

São necessárias áreas adequadas para circulação e transferência do cadeirante e entradas independentes. Embora pessoas com deficiência física estejam sempre presentes na comunidade, a assistência é precária, as calçadas são inacessíveis. Onde existem barreiras arquitetônicas aos usuários, a qualidade está comprometida (MOREIRA, 2017). A acessibilidade é entendida por Silva, Borges e Paiva (2018) como a qualidade ou atitude do que é acessível. Para os autores, ela ocorre na facilidade, no tratamento ou na aquisição de algo. Logo, é proporcionar oportunidades equiparadas a todos.

O ambiente para pedestres frequentemente apresenta barreiras obstáculos para movimentação de cadeirantes. Os problemas encontrados são, em geral, devido a um projeto ou construção inadequados, manutenção deficiente ou mesmo características normais do terreno. A ausência de calçadas adequadamente pavimentadas e mantidas restringe a mobilidade de pessoas com as mais variadas limitações (FERREIRA; SANCHES, 2005).

### 2.4 ACESSIBILIDADE E TURISMO



Conforme o Ministério de Turismo (2006), em seu manual e instruções, a acessibilidade é a condição para utilização com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários, sistemas e meios de comunicação e informação. Isso tanto por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida fazendo com que seus direitos sejam atendidos e cumpridos de forma adequada.

No turismo, estas barreiras existem e impedem que as pessoas com deficiência, ou com qualquer outro tipo de restrição na mobilidade, tenham as mesmas condições de viajar em plenitude. É o caso das pessoas que usam cadeira de rodas, das pessoas com deficiência visual, dos idosos, obesos dentre outros. Isso significa prover alterações no espaço de modo a permitir que os equipamentos e serviços de turismo sejam utilizados com segurança e conforto por todos (SERPA, 2009).

Vale lembrar que o turismo inclusivo não abrange apenas as pessoas com deficiência, mas também, aquelas com mobilidade reduzida, incluindo as que possuem algum tipo de limitação que, porventura, possa ser momentânea ou em longo prazo (DUARTE; BORDA, 2013). Seguindo este pensamento, Tolezano (2011) apud Costa (2012) diz que as cidades sendo ou não destinos turísticos, devem proporcionar acessibilidades a todos os seus habitantes. Não se constitui apenas nos aspectos de infraestrutura dos atrativos e equipamentos turísticos, mas também nos serviços prestados a qualquer pessoa.

Todas as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida têm o direito de se deslocar com segurança e autonomia nos espaços públicos, bem como fazer uso de equipamentos e serviços turísticos (ALBUQUERQUE, 2012). Segundo Saeta e Teixeira (2001), em seu trabalho que investigou a percepção das pessoas com deficiência sobre o atendimento de turismo que lhes é prestado, concluíram que, de uma forma geral, o tratamento é dado com preconceito e com pena, não correspondendo às expectativas dos turistas.



As ofertas de produtos e serviços turísticos para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida estão aumentando. No Brasil, há companhias aéreas que oferecem atendimento personalizado com equipes treinadas e orientadas para pessoas com deficiência. Cadeira de rodas especiais, cartilhas de emergência em braile, intérprete de LIBRAS e audiodescrição<sup>2</sup> são encontrados, proporcionando maior independência (KUSHANO; ALMEIDA, 2008).

Lélis (2015) elaborou um instrumento para realizar um diagnóstico de acessibilidade. Para isso, levou em consideração: estacionamento, banheiros, ambientes de circulação exterior e interior, circulação nos corredores, restaurante, sinalização e informação, balcão de informação, bebedouro, acesso aos elevadores, escadas rolantes, caixa eletrônico e prevenção de incêndio. Kushano e Almeida (2008) defendem que as empresas têm grande capacidade de influir na transformação da sociedade, e essa ação traz benefícios para a sua própria imagem.

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa foi realizada em duas fases. Na primeira foi produzido um referencial teórico, por meio de uma pesquisa bibliográfica, sobre acessibilidade, inclusão social e arquitetônica em locais turísticos e demais assuntos correlacionados. Na segunda, realizou-se uma pesquisa de campo com alguns cadeirantes em uma cidade turística.

Trata-se de uma pesquisa básica, pois “objetiva gerar conhecimentos novos e úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51). Quanto aos objetivos é descritiva, porquanto “Visa a descrever as características de determinada população

---

<sup>2</sup> Audiodescrição é uma faixa narrativa adicional para pessoas com deficiência visual, intelectual, dislexia e idosos, consumidores de meios de comunicação visual, onde se incluem a televisão, o cinema, a dança, a ópera e as artes visuais.



[...]” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52), neste caso os cadeirante de Caldas Novas/GO.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa de campo, já que esta é utilizada com o objetivo de “[...] conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 59).

Em relação à forma de abordagem do problema, tem um enfoque qualitativo com levantamento de opiniões e ideias dos sujeitos participantes. Prodanov e Freitas (2013, p. 71) dizem que “É importante acrescentar que essas duas abordagens (qualitativa e quantitativa) estão interligadas e complementam-se”.

A população envolveu os cadeirantes do município de Caldas Novas/GO. Para o afinilamento da amostragem, entramos em contato com Leomar Luiz Carneiro presidente da Associação dos Deficientes de Caldas Novas (ADECAN). E, também, contactamos um representante do grupo de atletas de basquete em cadeiras de rodas, Igor Isaias da Silva Menezes Dutra. Isso para localizarmos um maior número de participantes e enriquecer esta pesquisa.

Como técnica de pesquisa e coleta de dados foi aplicada uma entrevista semipadronizada que “[...] não existe rigidez de roteiro; o investigador pode explorar mais amplamente algumas questões, tem mais liberdade para desenvolver a entrevista em qualquer direção. Em geral, as perguntas são abertas.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 106). Optou-se por esse tipo, para que este trabalho pudesse “dar voz” aos cadeirantes de forma a angariar suas ideias e opiniões a respeito da acessibilidade nas vias públicas, calçadas e centro turístico de Caldas NovasGO.

De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 112), a análise dos dados “[...] deve ser feita a fim de atender aos objetivos da pesquisa e para comparar e confrontar dados e provas com o objetivo de confirmar ou rejeitar a(s) hipótese(s) ou os pressupostos da



pesquisa”. Dessa forma, analisamos e interpretamos os dados coletados durante as entrevistas de maneira discursiva e contrapondo os achados com as ideias dos autores utilizados na produção do Referencial Teórico.

#### 4 DESCRIÇÃO DA ENTREVISTA

O município de Caldas Novas, no Centro-Oeste de Goiás, é hoje conhecido mundialmente pelas suas águas termais. É uma cidade turística com cerca de 83 mil habitantes e que recebe em torno 3 milhões de turistas por ano (GOIÁS TURISMO, 2017). A estrutura do centro da cidade conta com hotéis, restaurantes, agências bancárias, farmácias, cinema, clubes, bares, praças de alimentação, *shoppings*, feira artesanal e gastronômica, praça, parque de diversão, Igreja Católica, dentre outros. Diante dessa complexa composição resolvemos pesquisar sobre como ocorre a acessibilidade das pessoas com deficiência nesse centro turístico.

A pesquisa de campo se deu no dia 25 de setembro de 2018, às 17 horas e 30 minutos na quadra coberta do Sindicato dos Servidores Públicos de Caldas Novas (Sindicaldas) (Figura 1). Ela foi agendada previamente com o presidente da Associação dos Deficientes de Caldas Novas (ADECAN), Leomar Luiz Carneiro. A associação ainda não tem sede própria, mas adquiriu, no dia 03 de outubro de 2018, uma doação de um terreno, cedido pela prefeitura municipal para a sua futura instalação.

No momento da pesquisa, havia 16 cadeirantes jogando basquetebol, dois deles adolescentes entre 12 e 16 anos. Explicamos o motivo de nossa presença e solicitamos que aqueles cadeirantes que tivessem o hábito de circular pelas vias de Caldas Novas e que quisessem participar da nossa pesquisa, nos desse alguns minutos para aplicar a entrevista. Três deles se dispuseram a participar, os demais relataram que não costumam circular sozinhos, em distâncias muito longas. Geralmente vão ao centro de

cidade, acompanhados por alguém que os empurra, ou simplesmente não saem de casa.



Figura 1 – Foto retirada no dia da entrevista  
Fonte: Arquivo pessoal (2018)

Já que a pesquisa tinha como objetivo averiguar as dificuldades que eles têm em relação à acessibilidade arquitetônica, selecionaram-se três cadeirantes que tem o chamado “kit livre” (equipamento motorizado que possui a função de transformar a cadeira de rodas em um Triciclo Motorizado Elétrico). Ele pode ser tirado e acoplado à cadeira de rodas conforme a necessidade do cadeirante (Figura 2). Esses circulam por toda a cidade com independência e puderam nos descrever mais claramente sobre os obstáculos encontrados nas vias públicas e calçadas de Caldas Novas.

Vamos nos referir aos entrevistados como: Cadeirante 1, Cadeirante 2 e Cadeirante 3. O Cadeirante 2, utiliza cadeira de rodas o tempo todo, e para se locomover pela cidade, faz uso do Kit Livre. Um deles possui um carro adaptado (CADEIRANTE 1), o que o faz mais independente e com maior poder de locomoção. Outro não usa cadeira de rodas em todo momento, sendo “muletante”, ele a utiliza apenas para se descolar em distâncias maiores (CADEIRANTE 3).



Figura 2 - Kit livre acoplado a uma cadeira de rodas  
Fonte: Casadaptada (2017)

Questionamos aos participantes da entrevista sobre as dificuldades encontradas para o acesso às agências bancárias e lotéricas. Eles disseram que são bastante acessíveis, mas que podem melhorar essa acessibilidade. Relataram ainda que a Caixa Econômica não tem elevador para o segundo piso, e que quando precisam falar na gerência, eles precisam que o(a) gerente desça para atendê-los, e isso, nas palavras deles “se torna meio difícil e constrangedor”.

Quanto à acessibilidade na área da saúde procuramos saber quais são as barreiras encontradas no acesso aos hospitais. Os entrevistados nos relataram que o banheiro do Pronto Socorro da cidade não é totalmente acessível, como, por exemplo, o acesso ao sabonete e ao papel toalha. Além disso, disseram ainda que no caso dos cadeirantes, ao serem internados, precisariam de um acompanhante, no entanto, no Pronto Socorro isso não é permitido. Acrescentaram ainda que no Hospital Nossa Senhora Aparecida (instituição privada) as rampas são muito altas e impossíveis de serem acessadas sem ajuda de um terceiro.

Perguntamos, também se os hotéis dão acessibilidade para que os cadeirantes possam usufruir das piscinas, restaurantes, dormitórios e circulação pelas áreas de lazer. Eles relataram que os estabelecimentos mais antigos não são muito acessíveis,

mas que os que estão sendo construídos mais recentemente, têm bastante acessibilidade. Afirmaram que o Hotel Itatiaia e a Lagoa Quente são os mais acessíveis da cidade. Acrescentaram ainda que há um tipo de “elevador” que pode ser instalado nas piscinas mais antigas, promovendo acessibilidade sem alterar sua estrutura física. Na Figura 3, é possível ver que o cadeirante não precisa se arrastar até a piscina (como eles geralmente fazem quando não há acessibilidade arquitetônica), nesse caso, a cadeira desce até o fundo da piscina e sobe deixando-o ao lado da cadeira de rodas, dessa forma, não necessitam de ajuda de terceiros.

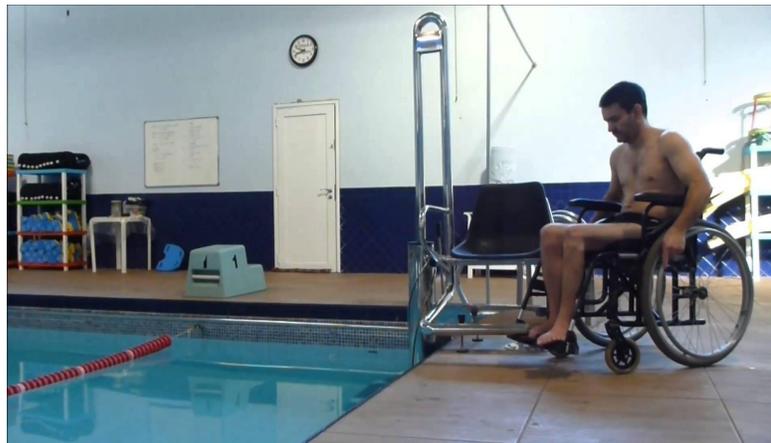


Figura 3 - Cadeira elevador para uso em piscinas  
Fonte: Grupo DW (2013)

Quanto à acessibilidade nas igrejas não foi possível constatar se há acessibilidade. Isso porque dois deles não frequentam e o outro frequenta uma igreja pequena e que não exigiu nenhuma mudança arquitetônica. Não se pode averiguar, então, se na Igreja Matriz, localizada no centro de Caldas Novas, é acessível aos cadeirantes.

Perguntamos aos cadeirantes como é a sua circulação no centro (ruas, calçadas, cruzamentos, semáforos) de Caldas Novas. Normalmente os três circulam pela cidade sozinhos e disseram que nos semáforos os motoristas respeitam bastante a presença

da cadeira motorizada. Alertaram, no entanto, que os cadeirantes precisam ter noções de trânsito e “andar direitinho” para que sejam respeitados. Nas calçadas, especificamente do centro da cidade, eles relataram que há muitos obstáculos, degraus, desníveis, mesas, cadeiras, toldos, manequins e produtos que os comerciantes colocam nas calçadas para chamar a atenção. Acrescentaram ainda que na ciclovia do bairro Itanhangá I, não há calçada rebaixada para que os cadeirantes possam subir e descer na pista de *cooper*.

Buscamos saber se a Praça Central Caldas Novas proporciona uma boa acessibilidade aos cadeirantes. Relataram que foram implantadas rampas elevadas, mas que apenas isso não proporciona a acessibilidade que precisam. Disseram que na Praça Mestre Orlando, no centro, e no Parquinho (parque de diversão da cidade) quase não têm vagas para pessoas com deficiência nos estacionamentos. E quando o têm não tem as “faixas zebreadas”. Na Figura 4, é possível notar que as vagas para cadeirantes exigem um espaço maior, tanto do lado do motorista (para pessoas que utilizam carros adaptados) quanto para o passageiro cadeirante.



Figura 4 - Vagas em estacionamento para cadeirantes  
Fonte: Vaicadeirante.com (2016)

Acrescentaram ainda que a prefeitura municipal resolveu tirar os banheiros públicos da Praça Mestre Orlando e que isso ocasionou alguns empecilhos. Os únicos banheiros disponíveis são os dos bares, nesse local, e esses não são acessíveis, com portas estreitas, degraus e pouca acessibilidade aos seus componentes.

Quanto às praças de alimentação<sup>3</sup>, buscamos saber quais são as barreiras encontradas por esses cadeirantes. Eles disseram que a maioria tem rampas de acesso, mas há outras adaptações que precisam ser feitas e que, muitas vezes, os donos dos estabelecimentos não percebem. Uma delas é a altura das mesas que não cabem a cadeira de rodas embaixo. Explicaram que há cadeirantes que não têm o controle do tronco sendo necessário que fiquem escorados para se manterem sentados. Para isso, seria preciso mesas com regulagem de altura ou ainda adaptações como a da Figura 5.



Figura 5 - Elevação adaptada para mesa  
Fonte: Blog do Cadeirante (2012)

Ainda sobre a acessibilidade nas praças de alimentação, um dos entrevistados nos relatou que passou um grande constrangimento da Estação 11 (pequena galeria de alimentação da cidade). Neste local, as mesas são fixas e há um

<sup>3</sup> Restaurantes, bares, galerias, shoppings e lanchonetes de modo geral.



degrau para se ter acesso a elas. Então, ele teve que ficar com a cadeira de rodas no corredor, atrapalhando o acesso de quem entrava e saía, além disso, ficava bem mais baixo que a família que estava sentada. Disse ainda, que teve que entrar em contato com a gerência, porque os banheiros ficavam apenas na parte superior. Para não estar mais sujeito a esse tipo de situação, ele resolveu não mais frequentar o local.

A frequência que os cadeirantes frequentam as farmácias é maior que uma pessoa comum, pois alguns fazem uso de medicamentos contínuos e bolsa de colostomia. Por isso, perguntamos se há alguma dificuldade ao irem às farmácias e se existem barreiras nesses locais. Eles nos disseram que a maioria delas é bem acessível, mas que há algumas que ainda não têm rampas de acesso. Afirmaram que só compram em estabelecimentos que oferecem a acessibilidade para os cadeirantes.

Há duas questões que não estavam em nosso roteiro de perguntas, mas que foram expostas durante a entrevista. A primeira é em relação aos *shows* e eventos que são oferecidos na cidade que não proporcionam local para melhor visibilidade e nem banheiros adaptados aos cadeirantes. Outro assunto foi em relação ao transporte público, que foi suspenso no município<sup>4</sup>. Os participantes da pesquisa relataram que muitos jogadores de basquete sob-rodas não comparecem aos jogos por falta de transporte. Para aqueles que não têm um carro ou motorista disponível, o único acesso seria por meio de um ônibus até um lugar mais próximo do Sindicaldas (local que tem quadra de esporte e que costumam se reunir para treinar basquetebol). Esse obstáculo se repete para a locomoção daqueles que não fazem uso do Kit Livre e precisam se locomover pela cidade.

Além disso, relatou-se uma “desunião” da classe das pessoas com deficiência no município. Os entrevistados relataram que o número de pessoas cadastradas na Associação das Pessoas com Deficiências de Caldas Novas é bem menor que a quantidade real desses moradores. Além disso, é bastante difícil reunir e mobilizar os

---

<sup>4</sup> Até o momento da pesquisa não há qualquer tipo de transporte de ônibus (público ou privado) sendo oferecido na cidade.



cadeirantes na busca pelos seus direitos. Os participantes da pesquisa acreditam que isso ocorra devido ao preconceito e à vergonha das próprias pessoas que utilizam a cadeira de rodas. Esse distanciamento acarreta em menos direitos atendidos, já que não há “força” nos requerimentos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão das pessoas com deficiência, no Brasil, ainda é repleta de barreiras, limitações e preconceitos. Há de se reconhecer, no entanto, que é cada dia mais frequente a presença efetiva desses na sociedade. Os cadeirantes, em especial, são bastante vistos pelas ruas, e isso nos faz refletir sobre os obstáculos que eles encontram ao circularem nas calçadas, clubes, restaurantes, *shoppings*, agências bancárias, centro de entretenimento, banheiros, etc.

A acessibilidade arquitetônica incide no direito de garantir a toda e qualquer pessoa, independente de ter ou não deficiência, de transitar por espaços públicos e ou privados. As barreiras impeditivas de acesso livre geram mais que o impedimento físico, pois podem impedir o usufruto do espaço físico, propiciar acidentes e acarretar em constrangimento.

O objetivo inicial desse estudo foi o de investigar a acessibilidade arquitetônica para as pessoas que usam cadeiras de roda, nas vias públicas, calçadas, no centro turístico de Caldas Novas/GO e oportunizar aos cadeirantes a chance de relatar suas dificuldades cotidianas. Esses objetivos foram alcançados, tanto durante a pesquisa bibliográfica quanto durante a pesquisa de campo. Em nossa pesquisa foi possível constatar que há várias barreiras, no município, que impedem que os cadeirantes usufruam plenamente dos espaços públicos, de lazer e turísticos que a cidade oferece.

Isso vai ao encontro da hipótese inicial que levantamos no início desse estudo. Constatando que apesar de ser uma cidade turística, os cadeirantes, em seu cotidiano,



têm dificuldades em se locomover, pelo centro de Caldas Novas, devido aos obstáculos arquitetônicos nas ruas e calçadas. Além desses, ainda se averiguou a presença de limitações em áreas de lazer, praça de alimentação, piscinas, banheiros e agências bancárias.

Foi possível constatar que os problemas que acometem os cadeirantes por falta de acessibilidade são bem diversos. Eles vão desde a simples locomoção pelas ruas, calçadas, uso de transporte público, até a altura da mesa para frequentar um restaurante ou lanchonete. Mas para que seus direitos sejam atendidos, conforme está em lei, é necessária uma união maior dos cadeirantes (ou pessoas com deficiência) lutando pelo seu direito à acessibilidade, seja ela qual for.

Concluimos que a cidade turística de Caldas Novas/GO deixa muito a desejar no que diz respeito à acessibilidade arquitetônica, na maioria dos locais frequentados pela população e turistas. Foram constatadas inacessibilidades na Praça Central, nas praças de alimentação, no acesso ao parque de diversão e nos estacionamentos específicos com faixa zebra. Em especial, destacamos os *shows* e eventos promovidos pelo município que atraem multidões, alguns até nacionalmente conhecidos, com ausência de locais específicos para que os cadeirantes tenham uma visão do palco ou ainda banheiros químicos adaptados.

Sugerimos aos futuros pesquisadores, a ampliação da amostragem para mais pessoas que utilizam a cadeira de rodas para se locomover pela(s) cidade(s). Além disso, sugerimos que as barreiras arquitetônicas relatadas pelos entrevistados sejam fotografadas para uma melhor visualização e entendimento das limitações e obstáculos descritos pelos participantes. Esperamos que este estudo possa servir de inspiração para projetos de inclusão municipal e palestras no âmbito da acessibilidade arquitetônica. Almejamos, também, que sirva para frisar uma maior união das pessoas com deficiência, em especial os cadeirantes, na busca de melhorias para o acesso à sociedade, assegurando assim seus direitos de ir e vir.



## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. C. L. **Acessibilidade no Turismo**. Monografia apresentada no curso de bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

BLOG DO CADEIRANTE. **Mesa Adaptada**. 2012. Disponível em: <http://www.blogdocadeirante.com.br/2012/10/mesa-adaptada.html>. Acesso em: 03 out. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: 05/10/1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: 20/12/2000.

CASADAPTADA. **Kit Livre participa da maior feira de tecnologia e reabilitação da América Latina, a Reatec**. 2017. Disponível em: <http://www.casadaptada.com.br/2017/06/kit-livre-participa-da-maior-feira-de-tecnologia-e-reabilitacao-da-america-latina-reatech/>. Acesso em: 03 out. 2018.

COSTA, L. A. **Turismo adaptado: acessibilidade turística para cadeirantes nos cinco principais atrativos turísticos da cidade de Curitiba-PR**. Monografia de Graduação em Turismo pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, Campus de Irati. 2012.

CUNHA, D. F. S. **Os direitos das pessoas portadoras de deficiência: previsão legal e constitucional**. Monografia de Pós-graduação em Direito Sanitário. Brasília, 2002.

DUARTE, D. C.; BORDA, G. Z. Acessibilidade e sustentabilidade: a experiência da hotelaria de Brasília. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 7(3), pp. 365-383, set./dez. 2013.

ELALI, A. G.; ARAÚJO, G. R.; PINHEIRO, Q. J. Acessibilidade Psicológica: Eliminar barreiras “físicas” não é o suficiente. In: PRADO, de A. R. A.; LOPES, E. M.; ORNSTEIN, W. S. (Orgs.). **Revista Desenho Universal: Caminhos da Acessibilidade no Brasil**. São Paulo: Annablume Editora, 2010. p. 117-127.

FERREIRA, M. A. G; SANCHES, S. P. **Rotas acessíveis: formulação de um índice de acessibilidade das calçadas**. 2005. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Suely\\_Sanches/publication/228792204\\_rotas\\_acessiveis\\_formulao\\_de\\_um\\_indice\\_de\\_acessibilidade\\_das\\_calçadas/links/56ec4cf708ae59dd41c4fa03/rotas-acessiveis-formulacao-de-um-indice-de-acessibilidade-das-calçadas.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Suely_Sanches/publication/228792204_rotas_acessiveis_formulao_de_um_indice_de_acessibilidade_das_calçadas/links/56ec4cf708ae59dd41c4fa03/rotas-acessiveis-formulacao-de-um-indice-de-acessibilidade-das-calçadas.pdf). Acesso em: 10 mai. 2018.



FIGUEIRA, E. **Caminhando em silêncio**: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil. São Paulo: Giz Editorial, 2008.

GARCIA, V. G. **Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho**: histórico e contexto contemporâneo. 2010. 205f. Tese de Doutorado em economia. Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP. 2010.

\_\_\_\_\_. **As pessoas com deficiência na história do Brasil**. 2011. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/pcd-brasil>. Acesso em: 05 abr. 2018.

GOIÁS TURISMO. **Caldas Novas recebe mais de 3 milhões de turistas por ano**. 2017. Disponível em: <http://www.goiasturismo.go.gov.br/caldas-novas-recebe-mais-de-3-milhoes-de-turistas-por-ano/>. Acesso em: 11 mai. 2018.

GRUPO DW. **Cadeira elevador para uso em piscinas**. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8toEOnjkwTc>. Acesso em: 03 out. 2018.

KUSHANO, E. S.; ALMEIDA, W. G. Inclusão social, cidadania e turismo: uma investigação sobre a existência de serviços adaptados às pessoas com necessidades especiais nos meios de hospedagem da região metropolitana de Curitiba. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 2, n. 4, p. 88-101, dez. 2008.

LÉLIS, E. C. **Mobilidade urbana e diagnóstico da acessibilidade**: um instrumento de análise. Anais do IV SINGEP – São Paulo – SP – Brasil – 08, 09 e 10/11/2015.

MEC. Ministério da Educação e Cultura. **Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)**. 2013. Disponível em: [http://www.ampesc.org.br/\\_arquivos/download/1382550379.pdf](http://www.ampesc.org.br/_arquivos/download/1382550379.pdf). Acesso em: 13 abr. 2018.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo e acessibilidade**: manual de orientações. 2. ed. Brasília: Mtur, 2006.

MOREIRA, O. L. L. **Mobilidade e acessibilidade das pessoas com deficiência física nos centros comerciais**. 2017. Disponível em: <https://www.adlogados.com/artigos/visualizar/mobilidade-e-acessibilidade-das-pessoas-com-deficiencia-fisica-nos-centros-comerciais34>. Acesso em: 07 mai. 2018.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Conferência Mundial sobre Direitos Humanos: Declaração e Programa de Ação de Viena**. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1993%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%200Ac%C3%A7%C3%A3o%20adoptado%20pela%20Confer%C3%Aancia%20Mundial%20de%20>



Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf. Acesso em: 03 abr. 2018.

PEREIRA, J. S. **Acessibilidade da pessoa com deficiência física ou mobilidade reduzida na área central da cidade de Caicó–RN**. Monografia de Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2015.

PONTE, A. S.; SILVA, L. C. A acessibilidade atitudinal e a percepção das pessoas com deficiência. **Caderno Terapia Ocupacional - UFSCar**, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 261-271, 2015.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, C. L.; BUSTO, R. M. **Acessibilidade arquitetônica da rede municipal de educação da cidade de Londrina para as aulas de educação física**. VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina de 08 a 10 novembro de 2011 - ISSN 2175-960X – p. 876-891.

RIBEIRO, S. B. (Org.). **Mobilidade e acessibilidade urbana em centros históricos** (Cadernos Técnicos, Volume 9). Brasília: Iphan, 2014.

SAETA, B. R. P.; TEIXEIRA, M. L. M. O lazer na vida da pessoa portadora de deficiência: uma questão de responsabilidade social e um turismo a ser pensado. **Revista de Administração Mackenzie**. Ano 2, n.2, p. 25-38, 2001.

SASSAKI, R. K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: VIVARTA, Veet (coord.). **Mídia e deficiência**. Brasília: Andi/Fundação Banco do Brasil, 2003, 160-165.

\_\_\_\_\_. Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SERPA, A. B. B. **Acessibilidade para pessoas com deficiência e inclusão social no turismo: a experiência da cidade de Socorro/SP**. Dissertação de Mestrado Profissional em Turismo pela Universidade de Brasília, 2009.

SILVA, S. Acessibilidade Digital em Ambientes Virtuais de Aprendizagem. **Revista GEINTEC**. São Cristóvão/SE – 2012. Vol. 2/n. 3/ p.245-254.

SILVA, C. P.; BORGES, R. L.; PAIVA, L. D. **Acessibilidade de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física**. Beau-Bassin/Maurícias: NEA, 2018.

SLOBOJA, R. **A acessibilidade e a inclusão social de deficientes físicos (cadeirantes) nas escolas público-estaduais de Goioerê: superando as barreiras na educação**. Monografia de



Pós-Graduação em Ensino de Ciências pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2014.

VAICADEIRANTE.COM. **Estacionamento de cadeirante e o desrespeito**. 2016. Disponível em: <<http://vaicadeirante.com/estacionamento-de-cadeirante/>>. Acesso em: 03 out. 2018.

**Recebido em: 06/12/2018**  
**Aprovado em: 09/07/2020**